

Líder prevê Carta pronta até abril

O líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (RS), não esconde seu entusiasmo com relação ao processo de votação do texto constitucional no plenário da Assembleia Nacional Constituinte. "O entendimento está prevalecendo nas questões fundamentais, enquanto pontos como o mandato presidencial e o sistema de governo serão decididos pelo voto", acrescenta.

Este entendimento, que segundo ele está permitindo uma aceleração dos trabalhos, fará com que a Constituição seja promulgada "no mais tardar em abril, sob qualquer hipótese". Para Pinheiro, o sistema de governo e a duração do mandato do presidente José Sarney — temas sobre os quais não arrisca fazer previsões, por acreditar que as posições estão divididas e a definição será dada pelo grande número de indecisos — não atrasarão o final da Constituinte.

MODERNA

A nova Carta será moderna e contemporânea, representando grandes avanços para a sociedade", prevê Ibsen Pinheiro, para quem a Constituição corresponderá ao sentimento médio dos constituintes e da nação. Pelo que ele tem visto até agora, acha que a Constituição também será progressista nos direitos do trabalhador.

Segundo o líder do PMDB na Câmara, tudo isto está sendo possível porque nenhum grupo possui maioria sozinha, fazendo com que as soluções sejam negociadas a se aproximem do consenso. "Nem o Centrão consegue reunir a maioria em torno de questões temáticas. Na verdade, ele foi uma reação unificada somente em torno da mudança de regimento", observa.



Depois do impasse, as negociações voltam e a votação progride mais um pouco

Constituinte tem balanço positivo

Esta foi uma semana agitada para o plenário encarregado de votar o texto da nova Constituição. Os trabalhos começaram com o impasse na votação de um tema polêmico, o direito de propriedade, e com a ausência do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, que substituiu Sarney na Presidência da República. Quando Ulysses voltou, na quarta-feira, os constituintes ainda estavam sob o impacto da denúncia de fraude na votação da véspera, quando o nome do deputado Sarney Filho (PFL/MA) apareceu três vezes no painel sem que ele estivesse em Brasília.

A volta de Ulysses e o acordo sobre o direito de

propriedade coincidiram com os desmentidos do deputado Dasso Coimbra (PMDB/RJ) sobre declarações feitas por ele próprio à imprensa na véspera, dizendo que alguns membros do Centrão estavam saindo do grupo por não obterem os favores desejados. As lideranças do PMDB e dos partidos de esquerda enviaram um requerimento a Ulysses pedindo a apuração do fato. Na sessão convocada com o objetivo de analisar o requerimento, diversos deputados fizeram questão de subir à tribuna para contar boas e más experiências no relacionamento com a imprensa, mas Dasso limitou-se a pedir desculpas aos colegas pelo incidente.

Apesar de todos os contratempos, o balanço da votação é bastante positivo. Se não fosse a ameaça de greve dos aeroviários, que fez com que os constituintes antecipassem o feriado de Carnaval para quinta-feira, teria sido possível concluir a votação do capítulo que trata dos direitos individuais e coletivos e iniciar a votação do capítulo sobre os direitos dos trabalhadores. Assim mesmo, o plenário já apreciou 61 parágrafos do capítulo I do título II e aprovou novidades importantes como o habeas-data — direito do cidadão de obter informações dos órgãos públicos relativas a si próprio — e o mandato de segurança coletivo.

Novidades já começam a aparecer

A partir da data da promulgação da nova Constituição, qualquer cidadão que queira saber como está sua ficha no SNI tem o direito de requerer do órgão todas as informações relativas à sua pessoa e retificar as que estejam incorretas. Este direito foi assegurado aos brasileiros através do habeas-data, aprovado pela quase unanimidade do plenário na semana passada.

O habeas-data não é a única novidade em relação ao texto da atual Constituição aprovada no capítulo dos direitos individuais e coletivos. O novo texto traz também a figura do mandato de segurança coletivo, instrumento que permite que qualquer associação legalmente constituída, partidos políticos com representação no Congresso, entidade de classe ou organização sindical entre com mandato de segurança em defesa dos interesses de seus membros ou associados.

O mandato de segurança coletivo vai possibilitar, por exemplo, que a associação dos mutuários do Sistema Financeiro de Habitação impetire um mandato de segurança sempre que achar que o SFH está adotando medidas inconstitu-

cionais. Vai permitir também que alguma entidade organizada em São Paulo entre com mandato de segurança coletivo contra o prefeito Jânio Quadros, que tem aumentado o IPTU a taxas muito superiores à inflação.

Embora seja um instrumento de caráter indiscutivelmente democrático, o mandato de segurança coletivo não teve aprovação tão tranquila quanto o habeas-data. Ele foi encaminhado contrariamente pelos líderes do Centrão, Gastone Righi (PTB/SP) e Bonifácio de Andrade (PDS/MG), com o argumento de que a defesa dos interesses de uma coletividade deve ser feita pelos representantes do povo no Poder Legislativo, e não por um advogado em um tribunal. Assim mesmo, o mandato de segurança coletivo recebeu 326 votos a favor e apenas 103 votos contrários.

Outra inovação aprovada pelo plenário foi a soberania dos veredictos do júri popular no julgamento dos crimes dolosos contra a vida. De acordo com a Constituição atual, um acusado por júri popular pode recorrer da pena em outra instância. A partir da promulgação da nova Carta, a

decisão do júri popular será irrecorrível, a não ser em caso de vício processual.

Na votação desta matéria, o plenário deixou de aprovar uma emenda que tornaria o novo texto ainda mais abrangente que o atual. De acordo com a proposta do deputado Vasco Alves (PMDB/ES), o júri popular passaria a julgar, além dos crimes dolosos contra a vida, que já aprecia hoje, os crimes contra a economia popular, contra o patrimônio público e contra o meio ambiente. Desta vez, a emenda ficou prejudicada por falta de quórum, apesar do encaminhamento favorável do líder centrista Roberto Jefferson (PTB/SP); recebeu 215 votos a favor e 152 contra.

A nova Constituição também vai garantir às pessoas reconhecidamente pobres a gratuidade de todos os atos necessários ao exercício da cidadania, como a retirada de carteira de identidade ou certidão de nascimento. Este parágrafo, que havia sido excluído no substitutivo do Centrão, voltou ao texto graças a um destaque do deputado Gerson Peres (PDS/PA), aprovado pelo plenário com larga margem de votos.

Nem carnaval pára negociação da estabilidade

Nem o carnaval consegue paralisar as negociações em torno do texto da estabilidade na futura Constituição. Hoje, os constituintes destacados pelos diversos grupos para negociar uma versão que possa ser aprovada em plenário voltarão a se encontrar para tentar chegar mais perto de um acordo sobre o tema. Na próxima sexta-feira, quando o presidente Ulysses Guimarães reunir as lideranças partidárias para conversar sobre o assunto, o texto final da estabilidade deverá estar praticamente definido.

Segundo o deputado Antônio Britto (RS), representante da liderança do PMDB nas negociações, uma única questão está dividindo opiniões sobre a estabilidade — é a definição das formas de ressarcimento ao trabalhador em caso de demissão sem justa causa. A maior parte do Centrão deseja que a indenização seja a única compensação dada ao demitido, em valores a serem definidos em lei complementar.

Esta proposta poderia ser ampliada, na opinião dos membros do Centrão,

do Grupo dos 32 e de uma pequena parte do Centrão, além de alguns empresários, para quem a indenização não deve ser a única forma de ressarcimento ao trabalhador. No texto, seria incluído um dispositivo que garantisse a possibilidade de outras formas de compensação, a serem definidas pela lei complementar.

Uma terceira versão vem sendo defendida pela liderança do PMDB, já que a indenização não deve ser a única garantia do trabalhador. Essa redação final prevê que a relação de emprego fica protegida contra a despedida imotivada (ou arbitrária), na forma de lei. Na elaboração da lei complementar ficarão definidas quais as formas de compensação a que o trabalhador tem direito em caso de demissão.

Se não há acordo sobre esta parte do texto, nos outros pontos já há entendimento. Todos os negociadores concordam em que, nas disposições transitórias, fique definido um percentual — entre 30 e 50 por cento do FGTS — a ser entregue ao trabalhador demitido.

Centrão modifica a sua estratégia

— Esta semana não vai ser igual àquela que passou...

Ninguém estranhe se encontrar um dos líderes do Centrão cantando essa marchinha no Carnaval. A semana passada — em que o plenário votou as principais questões do capítulo sobre direitos e garantias individuais — foi especialmente traumática para o grupo. Em votações da maior importância, como a que decidia sobre a manutenção ou não do texto do Centrão sobre direito de propriedade, por diversas vezes grande parte do grupo votou contra teses defendidas por seus líderes.

Dois grupos que até agora votavam com o Centrão, o Centro Democrático e cerca de 20 evangélicos, desligaram-se formalmente. Para completar o quadro, o Centrão, que não tinha líder ou porta-voz, viu-se às voltas com informações contraditórias saídas das bocas de seus inúmeros organizadores.

A semana culminou com os desentendimentos do grupo com a imprensa. Num momento de irritação, o líder de mobilização do Centrão, deputado Dasso Coimbra (PMDB-RJ), declarou a jornalistas que muitos constituintes estavam saindo do grupo porque não conseguiam os favores exigidos, e chegou a afirmar que tinha gravações telefônicas com alguns destes pedidos. No dia seguinte, porém, ânimo esfriado, Dasso assustou-se ao ver suas próprias declarações em letra de imprensa e desmentiu tudo da tribuna.

Não é a primeira vez que isso acontece e o episódio poderia ter passado em branco. Para azar de Dasso, porém, as lideranças do PMDB e dos partidos de esquerda pediram a Ulysses Guimarães a realização de uma sessão secreta da Constituinte para apurar o fato. A sessão secreta não chegou a acontecer, mas a reunião convocada para decidir sobre o requerimento enviado pelo PMDB e esquerdas foi suficiente para chamar ainda muita atenção sobre o incidente.

Para evitar que todos estes desentendimentos voltem a acontecer na próxima semana, quando vai ser votado o capítulo sobre direitos sociais, que inclui os direitos dos trabalhadores, os líderes do Centrão já começaram a traçar sua estratégia. A primeira providência será eleger um único líder, credenciado para negociar e falar em nome do grupo. As preferências por enquanto apontam para o nome do senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) — um moderado que até agora tem trabalhado nos bastidores do grupo.

Outra atitude do Centrão vai ser mudar o relacionamento com a imprensa. Seus líderes estão convictos de que os jornalistas estão fazendo uma campanha intencional para arranhar a imagem do grupo aproveitando qualquer brinca-

deira dita informalmente para fazer matérias maldosas e tendenciosas. Depois do incidente envolvendo o deputado Dasso Coimbra, o grupo decidiu que só dará declarações formais e sérias.

Com mais uma providência, realizar reuniões diárias com todo o grupo após cada sessão, os líderes acreditam que será possível garantir a vitória em questões como estabilidade e jornada de trabalho. Nessas reuniões, o grupo vai avaliar o resultado das votações do dia e debater as questões que serão votadas no dia seguinte.

DESENCONTROS

Os líderes do Centrão na semana que passou, demonstraram que a utilização de vários diapasões implica em um som insípido, sem substância e principalmente sem ressonância. Cientes do fato e ansiosos para reverter essa situação, eles prometem, para esta semana, um espetáculo à altura de sua propalada maestria.

O primeiro fato significativo ocorreu logo no início da semana, quando se votava pela segunda vez o parágrafo sobre propriedade privada. Como o grupo tinha ciência de que não possuía em plenário a maioria de 280 constituintes, necessária para a aprovação da matéria, o recurso foi esvaziado e o plenário para que a matéria não fosse votada. O deputado José Lourenço (PFL-BA) fez essa orquestração, pedindo aos constituintes para se retirarem. O líder do governo, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), no entanto, achou que essa não era a melhor estratégia, gerando um impasse entre as lideranças. O resultado não poderia ser diferente: 248 constituintes disseram não ao texto do Centrão, que a partir de então teve que negociar um texto de acordo com outros grupos articulados dentro da Assembleia Nacional Constituinte.

Ainda na votação sobre a propriedade privada, um novo episódio trouxe à tona mais desentendimentos. Desta vez entre o deputado Bonifácio de Andrade (PDS-MG) e José Lourenço (PFL-BA), envolvendo o relator Bernardo Cabral e o líder do PMDB, Mário Covas. Ao declarar seu voto favorável ao texto final do acordo, Bernardo Cabral disse que os entendimentos previam acordos futuros, com relação à questão do meio ambiente, e ao pagamento das desapropriações. Bonifácio de Andrade pediu a palavra para rebater a afirmação do relator dizendo que o único compromisso que o grupo tinha era com o próprio Centrão. Elegantemente, Bernardo Cabral respondeu a Bonifácio dizendo que o acordo tinha sido feito com o deputado José Lourenço, que lhe havia garantido ser a única pessoa qualificada para falar pelo Centrão sobre o assunto.

Veja na página 6, entrevista especial com o senador Jarbas Passarinho



Ibsen Pinheiro

Lauro Campos é candidato do PT-DF

Adiantando-se às definições quanto às eleições e autonomia política do DF pela Constituinte, o Diretório Regional do PT decidiu, por unanimidade, encaminhar oficialmente à apreciação de todos os filiados e militantes do partido em Brasília o nome do professor Lauro Campos como candidato do PT ao Governo do Distrito Federal.

O nome do professor Lauro Campos, segundo Cartelão, é o que reúne melhores condições "para coordenar a implementação de um programa de governo efetivamente com a participação popular e a defesa dos interesses fundamentais da população". Além dessa decisão, o Diretório do PT-DF definiu também, que, até 30 dias após a aprovação no Congresso Constituinte da realização de eleições em 88, serão realizados os encontros zonais e regionais do partido, para deliberar sobre a tática eleitoral e definição das candidaturas ao Governo e à Assembleia Legislativa.

Desde agora, o PT-DF constituirá também um grupo de trabalho responsável pela elaboração de um programa de Governo para o Distrito Federal, sob a coordenação do próprio Lauro Campos. Todas essas medidas, na opinião de Cartelão, visam preparar o partido a não perder tempo com relação às eleições. "As pesquisas de opinião pública indicam que o PT é o partido de maior confiabilidade para o povo do DF. Temos um espaço a conquistar e não podemos retardar nossas ações", disse ele.

Santillo tenta acordo para eleição em Goiás

Da Sucursal

Goiânia — O processo de conversações em torno da sucessão municipal, apesar do surgimento de novos postulantes dentro do PMDB, vai sendo conduzido no sentido de afunilar-se. A frente dos entendimentos, o governador de Goiás, Henrique Santillo, nega versão divulgada pela imprensa local de que estaria estimulando novas candidaturas. "Não estou estimulando. As candidaturas que estão aí foram colocadas há bastante tempo. A de Nion Albernaz, de Joaquim Roriz, de Antônio Faleiros, Jossivani e de Marcos Almeida são candidaturas postas há muito tempo, umas com alguma preponderância sobre outras, mas todas estão colocadas dentro do partido. Estou ouvindo aqui esses segmentos e esses segmentos estão me apresentando essas candidaturas. Elas existem por si mesmas".

Ao contrário de expandir o bolo, Santillo luta por afunilar

o processo e "chegarmos ao final com uma candidatura consensual, que tenha apoio de todos os segmentos, de todas as bases, que se comprometa com o programa do partido e se comprometa com a proposta que o PMDB tem de fazer para Goiânia, que é uma cidade sofrida — pouco muito no ano passado".

A proposta do partido para esta Capital terá de vir, segundo Henrique Santillo, sem nenhuma imposição, mas, sim, democraticamente estabelecida após discussão com as bases e os segmentos organizados do PMDB. "Essa é a prática nova, que estamos conduzindo democraticamente. A nossa iniciativa visa aferir a vontade das bases do partido, auscultá-las e tentar a todo modo afunilar o processo. Em primeiro lugar para a constituição de uma chapa consensual para o Diretório Metropolitana em cima de critérios democráticos, sem personalismo, sem admitir grupismos".

Santillo anunciou que

abrirá a administração estadual e também a Prefeitura de Goiânia ao candidato do PT, Pedro Wilson, bem como a qualquer outro postulante, independentemente do partido a que pertença. Afiância não temer que esse posicionamento venha fortalecer tais candidaturas.

Acrescentou que não há de se temer candidaturas ou coligações, como as que as oposições articulam nesta Capital. "Disputa-se o voto do povo e o PMDB vai ganhar as eleições em Goiânia pois terá o melhor candidato e a melhor proposta. Não haverá divisão interna. Não tenho dúvidas quanto a isso. Confiamos na forma como estamos conduzindo as conversações, da forma mais democrática possível e o candidato será o candidato de todos, apoiado por todos. Estamos fazendo uma coisa nova aqui em Goiânia e em Goiás. O sentido é das bases para a cúpula e não o contrário, como tem sido a tradição partidária brasileira".